



VERDADES ESCONDIDAS - ASSOCIAÇÃO

NIPC: 508 418 321

BALANÇO
E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	729.609,99	722.116,90
Investimentos Financeiros	10.8	2.813,56	2.084,63
		732.423,55	724.201,53
Ativo Corrente			
Outros ativos correntes	10.2	1.275,33	1.775,33
Diferimentos	10.3	686,76	349,92
Caixa e depósitos bancários	10.4	111.679,73	97.520,13
		113.641,82	99.645,38
Total do ativo		846.065,37	823.846,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	10.5	96.534,13	48.206,94
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	684.719,99	699.614,05
Resultado líquido do período		26.851,02	48.327,19
Total do fundo de capital		808.105,14	796.148,18
Passivo			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	1.027,25	420,93
Estado e outros entes públicos	10.1	3.886,14	1.686,91
Outras passivos correntes	10.7	33.046,84	25.590,89
		37.960,23	27.698,73
Total do passivo		37.960,23	27.698,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		846.065,37	823.846,91

Olhão, 31 de Maio de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

Celestina
 Ana Margarida Cruz
 João Pedro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA (Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	5.1	61.020,14	39.521,05
Subsídios, doações e legados à exploração	6	140.536,87	144.044,60
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.9	-17.364,49	-13.953,03
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-44.544,50	-41.011,84
Gastos com o pessoal	7	-119.406,39	-100.121,18
Outros rendimentos	10.11	28.977,16	37.077,41
Outros gastos	10.12	-334,70	-419,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		48.884,09	65.137,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10.13	-22.033,07	-16.810,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		26.851,02	48.327,19
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		26.851,02	48.327,19
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		26.851,02	48.327,19

Olhão, 31 de Maio de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção



Sua Regerência Clara



Demonstração dos Fluxos De Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes e utentes	61.242,78	59.475,34
Pagamentos a fornecedores	-61.639,51	-54.411,26
Pagamentos ao pessoal	-110.479,04	-99.346,88
Caixa gerada pelas operações	-110.875,77	-94.282,80
Outros recebimentos/pagamentos	155.290,46	164.861,92
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	44.414,69	70.579,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-29.526,16	
Investimentos financeiros	-728,93	-593,91
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-30.255,09	-593,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	14.159,60	69.985,21
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	97.520,13	27.534,92
Caixa e seus equivalentes no fim do período	111.679,73	97.520,13

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Olhão, 31 de Maio de 2022

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO


 Ana Margarida Dias




VERDADES ESCONDIDAS - ASSOCIAÇÃO

NIPC: 508 418 321

**ANEXO AO BALANÇO
E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**



Handwritten signatures and initials in blue and purple ink.

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Entidade

A Verdades Escondidas - Associação, foi fundada em 2008, tem a sua sede na Quinta da Nau, Rua da Beirinha n.º 2 em Olhão, com o NIF 508 418 321 é uma pessoa coletiva reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

A instituição visa essencialmente prosseguir atividades de apoio social sem alojamento (a que corresponde a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE) n.º 88990).

Resumidamente a atividade assenta nos seguintes fins:

A Instituição desenvolve a sua atividade em prol da defesa e proteção dos interesses sócio culturais e económicos da população mais carenciada e desfavorecida, proporcionando-lhes condições de integração em sociedade e melhoria das condições de vida.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.



Handwritten notes in blue and purple ink, including a large 'B' and the letters 'AN'.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras;

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

i) Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

ii) Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

iii) Compreensibilidade:

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

v) Materialidade:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

vi) Fiabilidade:

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

vii) Representação Fidedigna:

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

viii) Substância sobre a forma:

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

ix) Neutralidade:

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

x) Prudência:

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

xi) Plenitude:

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

xii) Comparabilidade:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'J' and 'AM'.

Respeitando ao Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

iv) Relevância:

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

b) Outras políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Instituição são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos períodos apresentados, salvo indicação contrária.

Fluxos de caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos: a) A retribuição total paga ou recebida; b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes; c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal. Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Ativos Intangíveis

Não aplicável.

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos



Handwritten signatures and initials in blue and purple ink.

custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição suporte com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Propriedades de Investimento

Não aplicável.

Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constantes da Lei n.º 70/2013, de 30 de Agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de Outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desreconhecido dos investimentos financeiros, aquando o seu reembolso.

Inventários

Não aplicável.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo método do custo menos eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Créditos a receber

Compreende "Clientes" bem como outras contas a receber e estão registadas pelo seu custo deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido. As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'd' and 'AN'.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Instituição avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Não aplicável.

Financiamentos Obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.



A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Por força do n.º 3 do referido artigo que menciona: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, (...)”, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se assim sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As perspetivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.



AN

+

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa dos órgãos de gestão, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis. Os eventos futuros poderão vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

3.2 Alterações nas políticas contabilistas,

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas e

3.4 Correção de erros de períodos anteriores e seus impactos nas demonstrações financeiras do período

Não aplicável.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento básico	6
Equipamento administrativo	6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.



O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2021					
	Saldo em 1 de Janeiro de 2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	130.320,00				
Edifícios e outras construções	657.848,98				
Equipamento básico	15.730,35	27.718,06			
Equipamento administrativo	6.256,96	1.808,10			
	810.156,29	29.526,16	-	-	-
					839.682,45
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	69.374,81	13.328,27			
Equipamento básico	13.620,72	7.627,00			
Equipamento administrativo	5.043,86	1.077,80			
	88.039,39	22.033,07	-	-	-
					110.072,46
					Total 729.609,99

31 de Dezembro de 2020					
	Saldo em 1 de Janeiro de 2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	130.320,00				
Edifícios e outras construções	657.848,98				
Equipamento básico	15.730,35				
Equipamento administrativo	6.256,96				
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
	810.156,29	-	-	-	-
					810.156,29
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	56.046,56	13.328,25			
Equipamento básico	10.998,97	2.621,75			
Equipamento administrativo	4.183,84	860,02			
	71.229,37	16.810,02	-	-	-
					88.039,39
					Total 722.116,90

5. Rendimentos

5.1 Rédito

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2021 e de 2020 foram como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestação de serviços	61.020,14	-	61.020,14	39.521,05		39.521,05
	61.020,14	-	61.020,14	39.521,05	-	39.521,05

6. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são reconhecidos nos Capitais Próprios. Subsequentemente são imputados numa base sistemática como rendimento durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que compensem, nomeadamente as depreciações.



Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 imputação dos subsídios ao investimento teve o seguinte impacto nos fundos patrimoniais:

	31-dez-21	31-dez-20
Subsídios CMO - Const. Centro Comunitário	114.399,99	119.294,05
Projeto n.º 31-04-01-FEP-225	440.000,00	450.000,00
Reserva de Doação	130.320,00	130.320,00
	684.719,99	699.614,05

Os subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Em 31 de Dezembro 2021 e de 2020 a Instituição recebeu subsídios do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da Autarquia e Outros Subsídios.

	31-dez-21	31-dez-20
Instituto da Segurança Social	75.422,36	67.345,71
Instituto de Emprego e Formação Profissional	4.614,68	5.991,26
Autarquias	28.981,50	32.523,02
Outros subsídios	31.518,33	38.184,61
	140.536,87	144.044,60

Na rubrica Outros Subsídios a Instituição conta também com as Comparticipações da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ).

7. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço na Instituição durante o ano de 2021 foi de 6 e no exercício de 2020 foi 6, abrangendo programa proporcionados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, os quais nos permitiram obter os rendimentos mencionados na nota 10.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	31-dez-21	31-dez-20
Remunerações do pessoal	98.135,18	81.138,13
Encargos sobre remunerações	20.244,57	16.721,97
Seguros	758,64	1.225,51
Outros gastos com pessoal	268,00	1.035,57
	119.406,39	100.121,18

8. Acontecimentos após data de Balanço

À data da emissão do presente anexo a pandemia desencadeada com o surto de doença provocada pelo vírus COVID-19 continua a condicionar a economia mundial e nacional, não obstante de se anunciar já um alívio gradual das medidas excecionais decretadas pelo governo com vista à retoma integral das atividades e regresso à normalidade, como é aliás expectável que suceda também ao nível da economia global.



A par da pandemia, é igualmente espectável que provoque impacto na economia à escala global o surgimento do recente conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia. As consequências e a duração do conflito são bastante incertas, no entanto é principalmente esperado um agravamento dos preços da energia, podendo ainda vir a atingir outros sectores, nomeadamente o dos bens alimentares.

Contudo, consideramos que os mesmos não colocam uma incerteza significativa relativa à continuidade das operações.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Gerência informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A prestação das contas é publicada no *site* da Instituição: www.verdadesescondidas.pt

10. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

10.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-21	31-dez-20
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	856,00	431,00
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	48,86	-
Segurança Social	2.901,92	1.198,52
Outros impostos e taxas	79,36	57,39
	3.886,14	1.686,91

10.2 Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a rubrica “Outros ativos” tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal		226,98		226,98
Outros devedores		1.048,35		1.548,35
	-	1.275,33	-	1.775,33
	-	1.275,33	-	1.775,33



Handwritten signature and initials in blue ink.

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	686,76	349,92
	686,76	349,92

10.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Caixa	1.444,92	884,20
Depósitos à ordem	110.234,81	96.635,93
	111.679,73	97.520,13

10.5 Fundos Patrimoniais

A variação dos fundos patrimoniais resulta das seguintes operações:

- Tratamento dos resultados do período anterior, tendo sido feita a sua reclassificação em Resultados Transitados;
- Imputação dos Subsídios ao Investimento como rendimento do período na proporção da respetiva depreciação dos ativos subjacentes.

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Resultados Transitados	48.206,94 €	48.327,19 €		96.534,13 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	699.614,05 €		14.894,06 €	684.719,99 €
Total	747.820,99 €	48.327,19 €	14.894,06 €	781.254,12 €

10.6 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Fornecedores	1.027,25	420,93
	1.027,25	420,93



AN

✱

10.7 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Outros passivos correntes" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-21		31-dez-20	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outras contas a pagar	-	33.046,84	-	25.590,89
	-	33.046,84	-	25.590,89

10.8 Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Investimentos financeiros" tinha a seguinte composição:

	31-dez-21	31-dez-20
Fundo de compensação do trabalho	2.813,56	2.084,63
	2.813,56	2.084,63

10.9 Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, é detalhado como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-
Compras	17.364,49	-	17.364,49	13.953,03	-	13.953,03
Custo de vendas	17.364,49	-	17.364,49	13.953,03	-	13.953,03
Saldo final em 31 de Dezembro	-	-	-	-	-	-

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

	31-dez-21	31-dez-20
Serviços especializados	8.500,67	7.538,64
Materiais	11.838,26	17.788,46
Energia e fluidos	4.301,55	3.756,77
Deslocações, estadas e transportes	-	172,70
Serviços diversos	19.904,02	11.755,27
	44.544,50	41.011,84



10.11 Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Rendimentos suplementares	-	-
Outros rendimentos e ganhos, dos quais	28.977,16	37.077,41
- Correções relativas a períodos anteriores	-	-
	28.977,16	37.077,41

10.12 Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

	31-dez-21	31-dez-20
Impostos	281,77	
Outros gastos e perdas	52,93	419,80
	334,70	419,80

10.13 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-21			31-dez-20		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Activos fixos tangíveis	22.033,07	-	22.033,07	16.810,02	-	16.810,02
	22.033,07	-	22.033,07	16.810,02	-	16.810,02

O Contabilista Certificado

A Direção

Celestino
Sua Sarguinda daus
Matia Pedro



VERDADES ESCONDIDAS - ASSOCIAÇÃO

NIPC: 508 418 321



RELATORIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao abrigo dos Estatutos do VERDADES ESCONDIDAS ASSOCIAÇÃO, vem o Conselho Fiscal apresentar o relatório e parecer das Contas da Direcção, respeitantes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Verificadas as contas do exercício bem como os demais elementos que as documentam, não foram detectadas anomalias dignas de registo, sendo o resultado da exploração positivo em Euros: **26.851,02€** (vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e um euros e dois cêntimos).

O Relatório e Contas, composto pelo Balanço, Demonstração de Resultados por Naturezas e o Anexo às Demonstrações Financeiras e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro, permite-nos concluir que as mesmas descrevem de forma verdadeira e apropriada a situação da Associação, o registo das operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados a um sistema de controlo interno apropriado.

Face ao exposto, somos de propor:

- a) Que sejam aprovadas as contas apresentadas pela Direcção.
- b) Recomendar que se encontre apoio junto dos sectores privado e publico para a consolidação do investimento em curso, das operações visando o equilíbrio da exploração, bem como os projetos atuais da Direcção.
- c) Propor à Assembleia um voto digno de registo pela gestão isenta e criteriosa do exercício findo.

Olhão, 31 de Maio de 2022

A Presidente

O Secretário

Henrique Luis Samuel Rosetti

Henrique Luis Samuel Rosetti

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da **Verdades Escondidas - Associação** ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que, de acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2019 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <http://www.verdadesescondidas.pt>, em 08 de Junho de 2022.

Os órgãos de administração:

Gélio Aires

Artur Pedro

Sua Margarida Clara

